

O governo já negocia algumas estatais

Embora tenha retirado do Congresso o plano de privatização das estatais, que fazia parte do pacote econômico, o governo continua analisando a situação de diversas de suas empresas que fatalmente serão passadas à iniciativa privada. A privatização será feita através da venda pura e simples ou então pela negociação de parte das ações das empresas.

Neste último caso inclui-se a Telebrás, vinculada ao Ministério das Comunicações. O próprio ministro Antônio Carlos Magalhães comentou ontem no Rio que, se depender dele, a venda de ações da Telebrás ao público será executada. Segundo ele, antes do pacote existiam estudos para a venda de ações que atingiam principalmente as subsidiárias telefônicas estaduais. "E nós éramos favoráveis a que uma parte dessas ações, a exemplo do que acontece em outros países, ficasse com o público".

Já o representante do BNDES na Comissão de Privatização, Francisco Gros, disse ontem no Rio que já existem grupos de São Paulo interessados na aquisição do controle da Mafersa, uma das quatro empresas subordinadas àquele banco que o governo resolveu privatizar. Na sua opinião, a privatização de estatais já ocorrerá com atraso.

O alto funcionário do BNDES disse que a privatização das 17 estatais, já decidida pelo governo fe-

deral, ocorre em momento propício. Entre outros motivos porque a economia nacional está em ascensão. Gros admitiu que a decisão do governo de privatizar 17 empresas poderá contribuir para reduzir o problema do déficit público, ainda que esta seja apenas uma entre as mais diversas providências.

Em Minas, o empresário que se dispuser a comprar a estatal Cimet Siderúrgica S/A, incluída na lista, terá de conversar longamente com seus dois principais controladores: o Banco de Desenvolvimento de Minas (22%) e o BNDES (20%). Esses bancos estatais são detentores de grande parte da dívida de US\$ 70 milhões da siderúrgica mineira, produtora de 600 mil toneladas de gusa e 220 mil toneladas de aço, 80% dos quais dirigidos ao mercado externo.

Apesar do imenso passivo (o patrimônio líquido da Cimet está avaliado em US\$ 53 milhões), o presidente da empresa, Abílio Santos, diz que é dirigente de uma firma "totalmente recuperada" depois de ter pedido concordata em julho de 1981. "Entretanto", diz Abílio, "uma das condições básicas para sua compra é a transformação da dívida de curto prazo em longo prazo."

Também em Minas, o governo está sendo responsabilizado pelo prejuízo de US\$ 3 bilhões que a Açominas, vinculada à Siderbrás, sofreu desde 1976. A acusação cons-

ta de nota oficial divulgada ontem, em Belo Horizonte, em que a empresa comenta declarações do secretário da Sest, Henri Reichstul, segundo o qual para cobrir esse déficit seria necessário aumentar em 40% o Imposto de Renda de todas as pessoas físicas do País.

A nota diz ainda que os atrasos impediram que a Usina Arthur Bernardes, em Ouro Branco (MG), uma das maiores e mais modernas do País, realizasse um faturamento de US\$ 2,8 bilhões e gerasse impostos no valor de US\$ 343 milhões. "Este atraso de US\$ 3 bilhões é resultante do não-cumprimento, pelo governo, das exposições de motivos 10 e 81/76, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, aprovadas pelo presidente da República, dando prioridade e considerando a Açominas de relevante interesse nacional", diz ainda a nota.

Segundo a Açominas, somente com a colocação em marcha do setor de metalurgia, no primeiro semestre de 86, serão iniciados o faturamento de US\$ 1 milhão por dia e a geração de US\$ 41 milhões em impostos por ano, que estavam programados para agosto de 1980. Com a montagem dos laminadores de perfis médios e pesados e dos trilhos, que deveriam ter entrado em operação em 1981, esse faturamento será elevado para US\$ 1,45 milhão por dia, gerando a Açominas US\$ 64 milhões em impostos por ano.